
Homenagem

A Sérgio Buarque de Holanda

Alfredo Bosi

Diferenças sensíveis de geração e circunstâncias outras que são parte considerável de nossa vida impediram-me de ser aluno ou amigo pessoal de Sérgio Buarque de Holanda. Mas os muros que as pedras do acaso levantam no meio do nosso cotidiano têm fendas por onde passa o vento do Espírito que, como diz a Escritura, sopra onde quer. O aluno que eu não pude ser no tempo propício surge no discípulo que eu posso ser em qualquer tempo. O companheiro de jornada, que muitos dos presentes tiveram a felicidade de praticar, e que apenas divisei, de longe e raras vezes, posso convocar agora, e a qual-

quer hora, abrindo um livro seu e caminhando com ele na solidão solidária das suas páginas de encanto. Meu testemunho é, por isso, apenas o testemunho de um leitor. Mas este "apenas" abre as portas para um mundo difícil de esgotar.

O que há de inexaurível no espírito de um grande historiador vem da sua capacidade de pôr-se à escuta das águas que jorram do passado e que a memória faz irromper no tempo presente. Essas águas podem crescer ou minguar, dependem dos climas instáveis da cultura, mas no coração de quem se dispõe a ouvi-las, não secam jamais. Sérgio Buarque de

Holanda passou a sua existência de pesquisador e escritor à escuta das fontes. E como recompensa desse exercício de atenção *adagio e sostenuto*, foi-lhe dado transpor melodias antigas e timbres singulares do pretérito na pauta de um estilo concertado, em que o registro de uma inteligência livre e moderna se fazia discreto para deixar correr desimpedido o fluxo da narração histórica.

A História como o curso dos feitos humanos, a História como *res gestae* dos nossos antepassados, chamava-o com a força irresistível da sua coralidade. Não por acaso os seus estudos de reconstrução do mundo dos viajantes e cronistas, ou do mundo dos bandeirantes e mamelucos, ou do mundo mineiro e barroco, sempre começam *in medias res*, como quem já está falando no meio da travessia e no foco das lutas e trabalhos que dão matéria ao seu discurso. Nada de perder tempo com aqueles "prelúdios extravagantes", de que falava um velho humanista anglicano, o Dr. Bolingbroke, nas *Letters on the study of History*, de 1751, para esconjurar os ruídos estríduos e irritantes que precedem aos concertos e servem para afinar os instrumentos, mas que só um ouvido embotado poderia tomar por música.

Na verdade, embora dotado de uma inteligência eminentemente capaz de extrair o geral do exame dos particulares, pode-se dizer de Sérgio Buarque de Holanda que foi um dos intérpretes mais comedidos de toda a nossa historiografia. A rigor, só escreveu um livro de franca interpretação, o seu livro de mocidade, justamente célebre, *Raízes do Brasil*.

Nessa obra, escrita quando o estúdio-só mal entrara na casa dos trinta anos, há realmente um projeto de abraçar a totalidade da nossa vida, sobretudo da nossa vida colonial; e daí um certo arrojo, uma certa temeridade em organizar fontes documentais e testemunhos literários díspares em torno de alguns conceitos-chave que até hoje nos impressionam pelo poder da sua exemplaridade. Quantas vezes não assomam à memória de cada um de nós expressões lapidárias como:

"somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra";

"essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais";

"a singular tibieza de nossas formas de organização";

"em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida";

"no fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós";

"a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto do trabalho";

"uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia";

"é em vão que temos procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado."

A obra cresce em múltiplas direções graças ao seu lastro erudito, mas o plano é claro e bipolar, e consegue manter o molde lógico o tempo todo: à colonização fundada no trato paciente da terra, no artesanato e nas virtudes econômicas, opõe-se a civilização do ócio e da aventura, que vê na terra antes um meio de predação rápida que a base estável para uma agricultura de alta qualidade. O colonizador mantém-se à custa do trabalhador escravo e das técnicas mais rudimentares de exploração do solo. Mas essa ausência de uma ética do trabalho, que o desserviria como empresário capitalista moderno, deu-lhe maior flexibilidade e tê-lo-ia inclinado à mestiçagem fácil e à superação rápida das barreiras do preconceito racial. Aqui, e por outros atalhos, o texto de *Raízes do Brasil* tangencia o de *Casa Grande & Senzala*.

Outras antinomias sucedem-se e combinam-se na trama bem urdida da obra. A herança rural e o atraso da urbanização tiveram conseqüências pesadas que se chamaram patriarcalismo, autarquia senhorial, coronelismo. Quanto ao binômio do II Império, fazendeiro-bacharel, seria antes um jogo de tipos complementares que uma cortante dicotomia.

Uma tentativa de análise diferencial faz-se no belo capítulo "O Semeador e o Ladrilhador", em que se contrasta a forma aberta e improvisada da cidade brasileira com o estilo quase abstrato e pré-traçado das capitais erigidas pelos espanhóis nos Andes.

A contradição entre o círculo das relações naturais e o círculo das relações pú-

blicas — intervalo que corre entre os pólos da "comunidade" e da "sociedade", fixados pela sociologia alemã, é, ou me parece, a matriz da caracterização do "homem cordial", ser de raiz comunitária que buscava transpor as distâncias sociais mediante comportamentos de intimidade. Antígona e Creonte, a ordem dos afetos domésticos e a ordem impessoal do Estado, avultam como arquétipos de cada uma das tendências. O *homo brasiliensis* estaria desde sempre do lado de Antígona. Percebo aqui, em germe, as visões do brasileiro como inventor sutil de meios e jeitos, sabotador manhoso e sorridente dos óbices burocráticos que ele contorna apelando para os contactos pessoais diretos. Latejam igualmente aqui reiteradas leituras de uma História do Brasil como teatro de arranjos e conciliações que contemplariam a esfera privada ou clânica em detrimento dos interesses públicos. Enfim, toda uma teoria do estilo brasileiro de ser como dissolução dos ritualismos: e não poucos ensaios sobre nossa religiosidade mais sentimental do que ética descendem desse capítulo sobre o homem cordial, que passou à posteridade por outras razões.

As páginas finais do livro são estimulantes pelo modo problemático e mesmo perplexo do seu andamento. Os valores comunitários estão-se desmanchando. Iberismo e agrarismo caminharam juntos e parecem morrer juntos com a crise do Brasil agro-exportador. Mas o que poderia esperar o historiador em 1934? Nada de simples, nada de claro, pois a passagem de uma sociedade fechada (daquele nosso "clubes de fazendeiros", no dizer incisivo de Celso Furtado) para uma sociedade de massas nunca é simples nem clara. Sérgio Buarque tinha o sentimento de que as alterações que se seguiram à Abolição eram profundas e irreversíveis; e exprimiu o receio de que os nossos homens públicos não estivessem à altura da mudança. Hoje, passados cinquenta anos, podemos dizer com certeza que a oligarquia do café-com-leite não estava; daí, a renitência dessa classe em compreender a tarefa ingente e ingrata que incumbia aos homens de 30, os quais, bem ou mal, acabaram cumprindo a missão, já então inadiável, de construir o Estado brasileiro moderno. Ocorre, porém, e este é um ponto nevrálgico da luta ideológica da época, que edificar um Estado ativo e planejador, que encarasse de frente a depressão de 1929, implicava em admitir práticas intervencionistas do governo cen-

tral, ou seja, implicava em relativizar certos princípios do liberalismo do século XIX, de que a política oligárquica estava teoricamente forrada. Como conciliar essa crise do ideário liberal, generalizada aliás no mundo inteiro no decênio de 30, com aquilo que o historiador considerava a "essência íntima" do caráter luso-brasileiro, isto é, o culto do indivíduo e a tibieza de tudo quanto significasse ordem ou obediência a um princípio impessoal?

Formulada a questão a partir desse dilema, o que estava acontecendo era algo como um arrancar do antigo solo colonial aquelas mesmas raízes que os descobridores tinham implantado havia quatro séculos; e, em face da nova sociedade, urbana e de massas, o melhor ainda era auspiciar um regime que harmonizasse Antígona e Creonte, as razões do indivíduo e as razões do Estado. Esse regime, que se chama democracia, não é, como se sabe, um dado genético, é sempre uma conquista e uma aspiração. Diante de um porvir assim tão incerto, o jovem historiador, que conhece bem o passado, mas sabe que não tem o poder de adivinhar o futuro, parece retrair-se em um clima de expectativa onde não faltam alguns tons sombrios. Toda a análise da inteligência nacional, feita ao longo de *Raízes do Brasil*, acusara um descompasso entre as estruturas de base e o irrealismo bacharelesco dos fazedores de teorias ou dos importadores de soluções já prontas. Em termos gramscianos talvez pudéssemos traduzir essa constatação de Sérgio Buarque na hipótese de que nossos intelectuais nunca teriam sido "orgânicos", nunca teriam feito um corpo só com o sistema de forças produtivas em que se inseriam; teriam sido, de preferência, "eclesiásticos" ou tradicionais, vivendo idéias recebidas do passado ou fora de foco em relação às exigências do seu tempo. (Eu, particularmente, e entre parênteses, confesso que tenho dúvidas quanto à adequação dessa tese à nossa história cultural; penso que houve, entre nós, desde os tempos coloniais, os dois tipos de inteligência: a orgânica e a eclesiástica. Mas este não é, naturalmente, o momento para desenvolver o tema). No texto de *Raízes do Brasil* vigora a idéia do irrealismo de nossos pensadores políticos e aponta-se a sua incongruência em face das nossas condições sociais. Na mente harmônica de Sérgio Buarque o ideal seria a criação de um Estado que

correspondesse organicamente ao corpo da sociedade civil. O curioso, e daí vem a perplexidade dessas últimas páginas, é que o historiador estava convicto de que uma distância estrutural separa o indivíduo nascido na cultura luso-brasileira e o Estado. Tal convicção é, porém, dialetizada por uma vontade, tanto estética quanto ética, que está na alma do estudioso, um desejo de que "essa oposição deva resolver-se em um contraponto, para que o quadro social seja coerente consigo mesmo." O que dá uma nova visão do Paraíso: uma sociedade onde o indivíduo se espelhe no Estado, e este naquele; uma sociedade em que seja um prazer cumprir o dever; uma sociedade em que a mão direita corra espontânea criando as melodias do afeto e a esquerda acompanhe, em baixo-contínuo, lembrando o metro compassado da lei. Tudo bem modulado, ou, no dizer de um poeta e cantor brasileiro tão querido do nosso homenageado; "se todo mundo sambasse, seria tão fácil viver!"

Mas acontece sempre o indesejado. Os decretos das altas esferas não satisfazem as necessidades específicas de cada grupo e, muito menos, de cada indivíduo. Por isso, *Raízes do Brasil* termina de modo inquietante. Depois de propor a norma justa do acorde perfeito entre as instituições e a vida real, conclui, desalentado: "há, porém, um demônio perverso e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos essas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas."

No contexto de 30, essas "preferências e repugnâncias", que então seriam arriscadas porque irrealistas, denominavam-se, conforme o elenco que delas faz o próprio Sérgio Buarque: "integralismo", "comunismo" (nos extremos) e "liberalismo formal" e "caudilhismo esclarecido" (no centro). Na realidade, eram esses os caminhos historicamente dados e possíveis no Brasil após o abalo sofrido pela oligarquia do café, à qual, de fato, parecia inviável retornar. Mas os caminhos possíveis não são, fatalmente, os ideais. Entendem-se os receios do historiador que desejaria o progresso social sem o sacrifício das liberdades pessoais, mas não vê, nos ziguezagues políticos contemporâneos, sinais promissores dessa direção. De resto, esse clima de angústias

e incertezas era então compartilhado por alguns dissidentes democráticos da oligarquia paulista, intelectuais que tão profunda e duradoura influência exerceriam na formação ideológica da Universidade de São Paulo.

* *

De qualquer maneira, o ideal íntimo de Sérgio Buarque de Holanda não era e do historiador *contemplanter mundi*, que prefere, julga ou condena. Por isso voltou ao que disse momentos atrás: *Raízes do Brasil*, obra de juventude, ambiciosa e vulnerável, acabou constituindo um monumento isolado no conjunto da sua produção historiográfica. A vocação de observador e de leitor sereno das fontes venceu o intérprete porventura temerário do primeiro livro. A História não deveria arrogar-se a mover processos ao passado. Ao historiador caberia, de preferência, ater-se ao que "realmente aconteceu" e narrar os fatos "como realmente aconteceram", fórmula cunhada por Leopold von Ranke, e que Sérgio Buarque retomou e discutiu com sagacidade no seu último ensaio, uma introdução a páginas escolhidas daquele grande erudito alemão, símbolo do historicismo liberal.

Entre *Raízes do Brasil*, redigido no decênio de 30, e o texto sobre Ranke, datado de 1974, medearam quarenta anos de pesquisa durante os quais Sérgio Buarque de Holanda reconstruiu os trabalhos do homem brasileiro. O contexto paulista dos séculos iniciais ilumina-se amplamente em monografias que, forradas da mesma imponente erudição que já pesava nas obras de Varnhagen e de Taunay, levam sobre estas a vantagem de uma prosa viva e sociável, onde o documento se faz crítica e ambos se compõem na mais sóbria e fluente das narrações. Existe em Sérgio Buarque uma filologia inteiramente assimilada pelo discurso histórico, o que é um penhor de fidedignidade que nada pode substituir. Além disso, uma ética imanente ao labor intelectual, um franco amor à verdade, dá a esse discurso um gosto de coisa autêntica que faz bem à alma do leitor burlado e iludido de nossos dias. Do desenho dizia Delacroix que é a honestidade da pintura; da filologia será lícito dizer o mesmo em relação à História.

Monções, índios e Mamelucos na *Expansão Paulista* e essa obra-prima de precisão estilística que são os ensaios de *Caminhos e Fronteiras* revelam dons de etnógrafo, tal é

a messe de dados sobre a cultura material que neles se colhe. É sempre com renovado prazer que releio aquelas páginas transparentes sobre as "samaritanas do sertão", as árvores-fonte como o umbuzeiro e o caraguatá, que guardam água fresca nos seus ocos e dessedentam o viajante em plena mata; ou sobre a predileção pelo mel que tantas tribos sul-americanas demonstraram a ponto de os índios, a pé ou montados, serem capazes de localizar as colméias só com perseguir o vôo das abelhas; ou sobre a avidez com que os paulistas incorporaram à sua alimentação hábitos dos tupis passando a deleitar-se com as "iguarias de bugres" tais como a içá torrada, o palmito da praia e até mesmo o bicho-de-taquara; ou enfim sobre a inesperada constatação que fizeram os bandeirantes de que, enquanto se demoravam para armar um simples tiro de escopeta ou arcabuz, os selvagens os atingiam com cinco ou seis flechadas certeiras, motivo pelo qual os mamelucos não raro deixavam as suas armas de fogo pelas dos naturais, e destas se fiavam tanto que um deles, ameaçado por um jesuíta com os rigores do Santo Ofício, teria respondido: "Acabarei com a Inquisição a frechas".

Por dentro desses e de outros testemunhos circula uma tese diletta do Autor, a da aclimação do colonizador à terra e ao nativo, amálgama que produziu novos tipos culturais bem definidos: o sertanejo paulista, sujeito das Bandeiras e das Monções; o peão e o tropeiro dos caminhos do Sul; o caipira e o caicara, tais como vieram a chamar-se os descendentes últimos dessa fusão nos séculos Dezenove e Vinte.

Enfim, o seu empenho de pesquisador não se esgotou no levantamento das técnicas do cotidiano que português e índio mutuaram nos séculos coloniais. Corria nele também outro filão, weberiano, que o levava a sondar na palavra e no gesto dos descobridores as suas matrizes axiológicas. O fascínio pelo achamento dos valores que, derradeiros na hora da realização dos feitos humanos, são os primeiros a repontar sob a forma de motivos, ditou essa obra magna de erudição e argúcia e estilo que tem por nome *Visão do Paraíso*. Livro tão rico que, ao transbordar em temas e tópicos, acaba superando a sua intenção de base. O facto material apresentado vai matizando a certeza que o sub-título propõe: "Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil". Conforme aprecia os do-

cumentos dos viajantes, cronistas e religiosos, o Autor dá-se conta do paradoxo: os motivos que impeliram os portugueses a descobrir e a colonizar a América foram afinal bem terrenos e práticos, ditados pela experiência de marinheiros e mercadores mais do que pelas fantasias e utopias que a Renascença européia estava então concebendo. Estas desenham-se em fontes não portuguesas e fervilhariam no imaginário de outros povos que nunca tiveram a mesma familiaridade com o Mar Oceano, ou que tardariam a conhecer as duras tarefas da colonização. Não seria próprio de lusitanos abandonarem-se a sonhos de letrados, o que sai da pena dos escrivães das armadas e dos cronistas d'El Rei tem o selo do mais pedestre realismo. Resolvem todos o mesmo problema: como aproveitar ao máximo a terra e o gentio para perfazer os desígnios da Coroa? Assim, por vias transversas e insuspeitadas, Sérgio Buarque de Holanda, autor de estirpe abertamente culturalista, iria secundar, nos fins da década de cinqüenta, o que a historiografia econômica dos dois decênios anteriores vinha construindo em termos de uma leitura materialista da colonização portuguesa.

Percorrer a obra de Sérgio Buarque de Holanda é penetrar fundo no labirinto do nosso passado. Mas não há perigo de o leitor perder-se no escuro das brenhas. Porque o historiador, como os mamelucos dos primeiros tempos, aprendeu com os índios a arte simples e inteligente de balizar os trilhos com sinais, talhos feitos na casca dos troncos, ou galhos cortados a mão e dispostos de espaço a espaço. É o que nos ensina em *Caminhos e Fronteiras*:

"Era o processo chamado ibapaá, segundo Montoya, caapeno, segundo o padre João Daniel, cuapaba, segundo von Martins, ou ainda caapepena, segundo Stradelli: talvez o mais generalizado, não só no Brasil como em quase todo o continente americano."

Honrada seja, pois, e abençoada a memória dos que nos precederam, abrindo com as suas próprias forças essas veredas de pé pôsto, e deixando-nos pistas que nos convidam a entrar sem medo na selva selvagem da História.

Alfredo Bosi é professor de literatura brasileira da Universidade de São Paulo.

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 2, 3, p. 49-53, nov. 83**
